



Demonstrações Financeiras

321 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

30 de junho de 2024

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da
321 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Porto Alegre- RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da 321 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 321 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 01, a instituição foi constituída em 09 de abril de 2024, portanto não foi efetuado saldos comparativos de períodos anteriores.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de agosto de 2024.

VICENTE
MICHELON:2
6690608034

Assinado de forma
digital por VICENTE
MICHELON:266906
08034

Vicente Michelon

CRC-RS 052.365/O-8

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRC RS Nº 4.626



Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

I. Desempenho Operacional: Desde sua fundação, as atividades operacionais da 321 Sociedade de Crédito Direto S.A. têm por objetivo operações de Crédito Pessoal (FGTS) e Consignado Público (INSS). As operações serão realizadas através de uma rede de aproximadamente 220 lojas (Correspondente Nacional), onde ocorrerá a captação das operações de crédito. No primeiro semestre de 2024 a instituição após a autorização de funcionamento ocorrida no dia 28/02/2024 e publicação no DOU dia 01/03/2024, buscou colocar em prática o Plano de Negócio estabelecido junto ao regulador, não proporcionando o resultado esperado por ainda estar em fase pré-operacional, apresentando um resultado negativo de R\$ 122 mil. Salientamos que os fatos recentes no Rio Grande do Sul com a Calamidade Climática, também contribuíram para o resultado negativo apresentado.

II. Títulos e Valores Mobiliários: Em atenção ao disposto no artigo 8º da Circular 3.068/01, do Banco Central do Brasil, a 321 SCD S.A., não possuía títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos “para negociação” até o vencimento em 30 de junho de 2024. Adicionalmente a 321 SCD não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos ao longo do semestre.

III. Governança Corporativa: A 321 SCD adota as melhores práticas de mercado, estabelecendo políticas e procedimentos internos que devem ser seguidos por todos os seus colaboradores, respeitando as leis e os regulamentos aplicáveis ao modelo de negócio.

IV. Ouvidoria: Esse componente organizacional está implementado desde 01 de março de 2024, onde estamos buscando contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução CMN nº 4.860/20 do Bacen, possibilitando as demandas efetuadas ao canal de comunicação do 0800 da Ouvidoria. Nos pontos de vendas dos Correspondentes Nacional, o cliente possui informações da existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre a estrutura da Ouvidoria e as atribuições do Diretor de Ouvidoria.

A Diretoria.

321 SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Porto Alegre - RS

BALANÇO PATRIMONIAL – R\$MIL**ATIVO**

	Nota Explicativa	30/jun/2024
CIRCULANTE		4.889
Disponibilidades		2
Banco Conta Corrente	4	2
Títulos e Valores Mobiliários		4.887
Livres	5	4.887
Outros Valores e Bens		-
Despesas Antecipadas		-
NÃO CIRCULANTE		2
PERMANENTE		2
Imobilizado	6	2
TOTAL DO ATIVO		4.891

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

321 SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Porto Alegre - RS

BALANÇO PATRIMONIAL – R\$MIL**P A S S I V O**

	Nota Explicativa	30/jun/2024
CIRCULANTE		13
Outras Obrigações		13
Fiscais e Previdenciárias	7	7
Diversas	8	6
NÃO CIRCULANTE		-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.878
Capital Social	10	5.000
Prejuízos Acumulados	10	(122)
TOTAL DO PASSIVO		4.891

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

321 SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Porto Alegre - RS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS – R\$MIL

	Nota Explicativa	01 mar 2024 A 30 jun 2024
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		81
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5 b	81
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		81
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS		(203)
Despesas de Pessoal		(16)
Despesas Administrativas	11	(183)
Despesas Tributárias	12	(4)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		-
RESULTADO OPERACIONAL		(122)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(122)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	13	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(122)
Lucro Líquido por Ações (Lote de mil)		(0,02)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

321 SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Porto Alegre - RS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES – R\$MIL

	01 mar 2024
	A
	30 jun 2024
	<hr/>
Lucro Líquido do Período	(122)
	<hr/>
Outros Resultados Abrangentes	-
	<hr/>
(=) Resultado Abrangente Total	(122)
	<hr/>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

321 SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Porto Alegre - RS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$MIL

	Capital Social	Reservas		Lucros/Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldo em 31/dez/2023	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	5.000	-	-	-	5.000
Prejuízo do Período	-	-	-	(122)	(122)
Saldo em 30/jun/2024	5.000	-	-	(122)	4.878
Mutação no Período	5.000	-	-	(122)	4.878

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

321 SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Porto Alegre - RS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS DO PERÍODO – R\$MIL

	01 mar 2024
	A
	<u>30 jun 2024</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro Líquido Ajustado	
Prejuízo Líquido do Período	(122)
Depreciação e Amortização	-
Variações de Direitos e Obrigações	
Redução/(aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(4.887)
Redução/(aumento) em Outros Valores e Bens	-
(Redução)/Aumento em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	7
(Redução)/aumento em Obrigações Diversas	6
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas Atividades Operacionais	<u>(4.996)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Aquisição de Imobilizado	(2)
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas Atividades de Investimentos	<u>(2)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Integralização de Capital	5.000
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas Atividades de Financiamentos	<u>5.000</u>
(Redução)/Aumento líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u><u>2</u></u>
Aumento/(redução) líquido nas disponibilidades	<u><u>2</u></u>
Saldo das disponibilidades no início do período	-
Saldo das disponibilidades no fim do período	2

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Instituição tem por objeto social realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança extrajudicial para terceiros e quaisquer outras atividades permitidas, isto é, a realização de todas as operações e serviços de previsão para instituições da espécie, contempladas na lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, segundo as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a ser permitidas por essas mesmas autoridades. A Instituição foi constituída em 09 de abril de 2024 sendo seu registro no Banco Central do Brasil homologado em 01 de março de 2024.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para instituições financeiras e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, pelo conselho Monetário Nacional – CMN e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo BCB. Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 e em 03 de dezembro de 2008, foi emitida a Medida Provisória nº 449, posteriormente convertida na Lei nº 11.941, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor no exercício de 2008. Esses normativos tiveram principalmente o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Todavia, boa parte das normas já expedidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologadas via Resolução, pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, ainda não foram adotadas pelo Banco Central do Brasil, razão pela qual estas demonstrações financeiras ainda não contemplam na íntegra as ditas modificações.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2024 incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração, cuja autorização para sua conclusão, assim como aprovação ocorreu em 31 de julho de 2024.

NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações, destacamos:

- a) **APURAÇÃO DOS RESULTADOS:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- b) **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações na

data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme a Circular nº 3.068/2001 do Banco Central, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- (i) Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os ganhos e perdas auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos no resultado do período.
- (ii) Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável.
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, em contrapartida ao resultado do período.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

d) DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO (NÃO CIRCULANTES): Demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo quando aplicável os rendimentos financeiros auferidos até a data do balanço.

e) IMOBILIZADO DE USO: Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações e amortizações acumuladas, calculadas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica, e por perdas por impairment, quando aplicável, fixado por espécie de bens. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica.

f) ATIVOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a instituição deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

g) PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre o lucro excedido de R\$ 20.000,00 (mês). A contribuição social foi calculada à alíquota de 15%, sobre o lucro antes do imposto de renda, conforme art. 1º da Lei nº 13.169/2015.

h) **DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, dos correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas até a data do período.

i) **RESULTADO POR AÇÃO:** Calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

j) **RESULTADOS RECORRENTES / NÃO RECORRENTES:** Apresentados os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período, de forma segregada.

NOTA 4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição de caixas e equivalentes de caixa apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada a seguir:

a) Circulante

	<u>30/jun/24</u>
Disponibilidades	2
Banco Conta Corrente	2
Total	<u>2</u>

NOTA 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição de títulos e valores mobiliários com o valor na data, está demonstrada a seguir:

a) Circulante

	<u>30/jun/24</u>
Títulos e Valores Mobiliários	4.887
Cotas de Fundo Referenciado (i) (ii)	4.887
Total	<u>4.887</u>

(i) Aplicações registradas na B3 em Fundos junto a Caixa Econômica Federal (Caixa FIC Esmeralda Corp RF Cred Pr), com remuneração variável, vencimentos a curto prazo e opção de resgate antecipado.

(ii) Os vencimentos foram considerados para a classificação em ativo circulante.

b) Em 30 de junho de 2024 o resultado de Títulos e Valores Mobiliários foi de R\$ 81.

c) Não há títulos para negociação ou disponíveis para venda.

NOTA 6. IMOBILIZADO

É demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação é calculada pelo método linear com taxas anuais que levam em consideração a vida útil e econômica do correspondente ativo previsto no CPC 27.

	Taxa Anual Depreciação	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo 30/jun/24
Outros Imobilizados de Uso (i)	10%	2	0	0	2
Total		2	0	0	2

	Taxa Anual Depreciação	Valor Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Outros Imobilizados de Uso (i)	10%	2	0	2
Total		2	0	2

(i) Se refere a painel de identidade visual da sede operacional da instituição.

NOTA 7. FISCAIS E PREVIDENCIARIAS

	30/jun/24
Impostos e Contrib. s/ Serv. Terceiros	0
Impostos e Contrib. s/ Folha	3
Impostos e Contrib. s/ Faturamento	4
Total	7

NOTA 8. OUTRAS OBRIGAÇÕES, DIVERSAS

	30/jun/24
Prolabore a Pagar	5
Credores Diversos (i)	1
Total	6

(i) Refere-se a pagamentos a serem realizados para fornecedores no segundo semestre de 2024.

NOTA 9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2024, decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos administradores são os acionistas da Instituição, estão demonstrados a seguir:

a) Remuneração dos administradores:

No semestre findo em 30 de junho de 2024, houveram gastos de R\$ 16 com remuneração aos administradores da Instituição, que são os próprios acionistas.

b) Saldos com Partes Relacionadas:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	<u>30/jun/24</u>	<u>30/jun/24</u>
Outras Obrigações	(5)	(16)
Simone Deise Gonçalves	(5)	(16)
Total	<u>(5)</u>	<u>(16)</u>

NOTA 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>30/jun/24</u>
Capital Social	5.000
Capital	5.000
Prejuízos Acumulados	(122)
Prejuízos (i)	(122)
Total	<u>4.878</u>

(i) Resultado líquido negativo apurado em 30 de junho de 2024, diante de custos e despesas da fase inicial das atividades da Instituição.

a) Capital Social

O capital está composto de 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

b) Dividendos

No semestre findo em 30 de junho de 2024, não houve distribuição de dividendos.

c) Reservas de Lucros

No semestre findo em 30 de junho de 2024, não houve constituição de reservas legal e estatutária.

NOTA 11. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30/jun/24</u>
Despesas de Limpeza	(1)
Despesas de Certificado Digital (i)	-
Despesas de Convênio Operacional (i)	-
Despesas de Tarifa Bancária (i)	-

Despesas de Consultoria e Assessoria (ii)	(181)
Despesas de Taxas Administrativas	(1)
Total	(183)

- (i) Valor inferior a um mil reais.
 (ii) Despesas no primeiro semestre de 2024 com consultoria e assessoria referente a constituição da sociedade de crédito direto (321 SCD).

NOTA 12. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/jun/24
Despesas de Cofins s/ Receita	(3)
Despesas de Pis s/ Receita	(1)
Total	(4)

NOTA 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro.

	30/jun/24
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(122)
Adições (i)	-
Exclusões (i)	-
Base de Cálculo (ii)	(122)
IRPJ à alíquota de 15%	-
IRPJ à alíquota de 10% adicional	-
CSLL à alíquota de 15%	-
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	-

- (i) Não houveram contas de ajustes no primeiro semestre.
 (ii) Prejuízo fiscal a compensar em períodos posteriores.

NOTA 14. RESULTADOS RECORRENTES / NÃO RECORRENTES

Os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período, devem ser apresentados de forma segregada. Considerado resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No semestre findo em 30 de junho de 2024 não houveram não recorrentes.

NOTA 15. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Os acionistas e administradores consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor Diretoria de Riscos, que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios.

Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta performance operacional do gerenciamento de riscos. A Instituição, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

I - Risco de Crédito – As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a instituição de perdas decorrentes de operações de crédito, a Instituição constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação.

II - Risco de Liquidez – A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da Instituição estejam continuamente avaliados. Estabelece parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

III - Risco Operacional – A Instituição adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e revisão dos riscos e monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócio. A implantação dos processos e aprimoramento de sua operação realizada ao longo do ano de 2024 e 2025, com a implantação de diversos controles/meios para revisão dos riscos e monitoramento dos incidentes.

Instrumentos Financeiros: A Instituição mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

NOTA 16. ESTRUTURA DE GESTÃO DE CAPITAL

Com objetivo de manter capital suficientemente prudente, utilizando as melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento dos riscos, a Instituição apresenta a Estrutura de Gestão de Capital que estabelece padrões mínimos para o processo de avaliação da adequação de capital compreendendo todos os riscos relevantes que a Instituição esteja exposta.

A estrutura deve, ainda, planejar de forma consistente as necessidades futuras de capital, levando em consideração simulações em condições extremas e mensuração dos respectivos impactos.

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I - Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- e
- III - Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

I - Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE. Utilização do modelo de risco para cada cenário de estresse, verificando-se a performance da carteira, calculando-se a perda máxima sobre o capital próprio e identificando assim, o pior dos cenários construídos. Para a determinação dessa perda realiza-se uma combinação entre o risco de contraparte, o risco de mercado e o risco operacional calculado com base na metodologia do Método do Indicador Básico (BIA) fornecida pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

II - Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição.

O Diretor responsável pelo Gerenciamento de Capital deve avaliar a necessidade de capital e, sempre que necessário, atuará proativamente, apresentando metas e objetivos estratégicos, com base no cenário econômico.

NOTA 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

De acordo com pronunciamento técnico CPC24, a diretoria ratifica que não houve eventos subsequentes entre a data do balanço e finalização dos trabalhos de auditoria.

Diretoria	Contadora
<p>EVERTON FRANCISCO DA ROSA:99454181068</p> <p><small>Assinado de forma digital por EVERTON FRANCISCO DA ROSA:99454181068 DN: cn=B, ou=CPC-Brasil, ou=10707890000152, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CF A1, ou=EM BRANCO, ou=Videoconferencia, cn=EVERTON FRANCISCO DA ROSA:99454181068 Data: 2024.08.29 11:29:46 -03'00'</small></p> <p>EVERTON FRANCISCO DA ROSA DIRETOR EXECUTIVO</p>	<p>NADIA DE MELLO:58303600044</p> <p><small>Assinado de forma digital por NADIA DE MELLO:58303600044 Dados: 2024.08.28 16:47:14 -03'00'</small></p> <p>NÁDIA DE MELLO CRC RS 081242/O</p>